



AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E A EXCLUSÃO DE MULHERES NO PROCESSO EDUCACIONAL ¹

Ana Carolina Cerveira Tavares (1); Josilene Santos de Oliveira (2); Fabiane Silva Martins(3)

1) Assistente Social; 2) Enfermeira; 3) Pedagoga

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA

anacarina@ifma.edu.br; josilene.oliveira@ifma.edu.br; fabiane.martins@ifma.edu.br

Resumo

Estudo acerca das desigualdades de gênero e a exclusão de mulheres do processo educacional. A discussão desta temática justifica-se pela preocupação enquanto profissionais da educação, em refletir acerca das desigualdades de gênero existentes dentro do ambiente escolar. Tem-se como objetivo discutir acerca da relação entre as desigualdades de gênero, arraigadas socialmente, e o processo de exclusão de mulheres da educação forma. O caminho metodológico seguido foi uma pesquisa de cunho bibliográfico acerca da temática proposta. Desta forma, inferiu-se que desigualdades entre homens e mulheres ainda é bem arraigada em diversos espaços sociais, dentre eles, a escola. Sabe-se que muito caminhou para diminuir o hiato de gênero na educação escolar, no entanto, a equiparação entre homens e mulheres nestas instâncias não atenuou a opressão feminina na sociedade. **Palavras-Chave:** Desigualdades de Gênero. Exclusão. Educação.

Introdução

O presente trabalho discorre acerca das desigualdades de gênero e suas implicações na educação escolar, pois compreende que esta é uma ferramenta relevante na construção da cidadania feminina. A discussão desta temática justifica-se pela preocupação enquanto profissionais da educação, em refletir acerca das desigualdades de gênero existentes dentro do ambiente escolar, além de propor ações que minimizem essas desigualdades e desconstrua a cultura machista nas escolas. A reprodução dos papéis sexualmente determinados para meninos e meninas, reforçada muitas vezes pela própria escola, contribui para perpetuar a exclusão de mulheres do processo educacional. Desta forma, este estudo objetiva discutir acerca da relação entre as desigualdades de gênero e o processo de exclusão de mulheres da educação formal. O caminho metodológico seguido foi uma pesquisa de cunho bibliográfico acerca da temática proposta.

1 Exclusão e desigualdades educacionais entre homens e mulheres: categorias essenciais de análise.

O termo exclusão destaca-se no final do século XX com a crise no mundo do trabalho que causou milhares de desempregados e crescentes formas de trabalho precário. No

¹ Pesquisa de cunho bibliográfico desenvolvida no IFMA



Brasil, a exclusão sempre existiu, decorrente das suas raízes históricas, gerou nítidas desigualdades que deixaram marcas profundas como a escravidão, as grandes propriedades rurais e o patriarcado. Ela é complexa, multifacetada e dinâmica, trazendo em seu bojo, a contradição que a movimenta.

Para Sawaia (2001, p. 8-9) a exclusão é um “processo histórico-social que se configura pelos recalques em todas as esferas da vida social [...]” e, por ser constitutiva da ordem social vigente, não é possível combatê-la ou superá-la. Ela não tem a pretensão de promover uma verdadeira inclusão, mas uma “inserção social perversa” dos sujeitos excluídos, onde “[...] a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão.”

De acordo com Sposati (2000, p. 30-31), a exclusão

[...] refere-se a toda uma gama de características e valores culturais, resultando em abandono, perda de vínculos, esgarçamento das relações de convívio - que não necessariamente passam pela pobreza. Portanto, as pessoas sem renda familiar são pobres, mas podem ser excluídos, bem como as mulheres, os negros, os homoafetivos, idosos, aquele que é gordo ou magro, etc.

A educação se insere neste âmbito como um direito negado historicamente às mulheres. A superação do hiato de gênero na educação (*gender gap*)², alcançada em todos os níveis, na segunda metade do século XX, significou uma grande conquista para as mulheres e para toda a sociedade, através das lutas sociais para pôr fim às desigualdades no acesso à educação. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p.126). Contudo, a igualdade em números de homens e mulheres nas salas de aula não pressupõe a equidade de gênero, já que ela não atenuou a opressão feminina na sociedade.

Haddad (2000b) declara que, embora os dados demonstrem a igualdade de gênero em relação à escolaridade, a dimensão étnica revela que as mulheres negras permanecem em piores condições. Enquanto mulheres brancas têm taxas de alfabetização e escolaridade, respectivamente de 90% e 83%, as negras ficam com 78% e 76%.

O Censo 2010 mostrou que, em dez anos:

Nas faixas etárias de 18 ou 19 anos e de 20 a 24 anos a escolarização era menor que nas faixas mais jovens e a das mulheres superou a dos homens. Na parcela feminina, o percentual de mulheres que não frequentavam escola foi de 54,6%, no grupo etário de 18 ou 19 anos, e de 73,2%, no grupo etário de 20 a 24 anos, enquanto na masculina esses indicadores foram 55,4% e 76,5%, respectivamente. (BRASIL, 2013, p. 3)

² O hiato de gênero (*gender gap*) são as diferenças nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres. É uma medida útil que evidencia as desigualdades no acesso à escola entre os sexos. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p.130).



Os tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil para o reconhecimento e efetivação do direito à educação consolidaram seu compromisso em erradicar o analfabetismo e criar condições para o desenvolvimento eficaz da educação em todas as idades, especialmente, para as mulheres, de forma universal e igualitária. O ano de 1979 trouxe importantes acordos nesta direção, como a “Convenção para a Eliminação de Discriminação contra a Mulher”, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a “II Conferência Mundial sobre a Mulher” em Copenhague, que trouxe ao público a exclusão da mulher brasileira nos diversos espaços, dentre eles, o educacional e constatou que, dentre os analfabetos no Brasil, 2/3 deles são mulheres.

A V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA), que aconteceu em Hamburgo, no ano de 1997 propôs a meta sobre “a educação de adultos, igualdade e equidade nas relações entre homem e mulher e maior autonomia da mulher.” Os países assumiram o compromisso de promover “a autonomia das mulheres e igualdade dos gêneros pela educação de adultos.” A finalidade era que, até o ano 2000, o analfabetismo deveria ser reduzido pela metade, em todo o mundo, com atenção especial às mulheres, às populações rurais, dentre outros. (UNESCO, 1997, p. 39).

2 Resultados e Discussões

A partir dos dados apresentados acima, é possível refletir acerca da relação entre educação, gênero e exclusão. A educação é um direito humano fundamental, um caminho indispensável para o exercício da cidadania. Como afirma Sposati (2000, p. 31):

[...] o processo educativo deve caminhar estrategicamente vinculado aos princípios da equidade, ou seja, da construção de uma sociedade que respeite a diversidade e que saiba conviver com as diferenças, sejam elas de religião, opção sexual, gênero, entre outras diferenças e opções.

Acrescenta-se que a equidade de gênero na educação é um dos pilares para a construção de uma sociedade mais justa. Desta forma, perceber as desigualdades de gênero, a educação e a exclusão como categorias que se correlacionam historicamente, colabora para entender o lugar determinado socialmente para as mulheres na realidade brasileira.

A reprodução das desigualdades de classe social, gênero e raça/etnia nas instituições escolares contribuem para o afastamento das mulheres da escola. Sposati (2000) aponta que a escola ainda está muito distante da realidade concreta de determinados grupos de atores sociais, pois o modelo hegemônico, sob a aparente inclusão, fortalece a exclusão.

Para Rosemberg (1994, p. 10), o aumento da escolaridade para as mulheres não resultou em igualdades de oportunidades, ao afirmar que “A questão da discriminação de



gênero (como também a de raça) no currículo escolar não tem sido considerada matéria prioritária entre educadores nacionais.” O acesso à educação formal brasileira se construiu de maneira difusa e diferiu quanto à situação socioeconômica, espacial, geracional, racial, dentre outros fatores que, associados às desigualdades de gênero, foram decisivos para aidentalidade da trajetória educacional das mulheres. Apesar de todos estes compromissos firmados, pouco se caminhou para efetivação de uma educação de qualidade e superação do analfabetismo. A redução das desigualdades de gênero também não ocorreu de forma significativa.

Os dados divulgados recentemente pelo 11º Relatório Monitoramento Global de Educação para Todos da UNESCO (2014), apontaram que as desigualdades permanecem e as metas acordadas entre os signatários na Conferência “Educação para Todos, em 2000” não foram cumpridas na sua totalidade e nem serão atingidas até 2015, poucos países tiveram pequenos avanços. No total foram pesquisados 150 países, o Brasil ocupa o 8º lugar em número de adultos/as analfabetos/as, a Índia está em primeiro lugar, seguida por China e Paquistão. No ano de 2011 eram 774 milhões de adultos/as analfabetos/as, onde 64% são mulheres, 72% destes analfabetos estão em dez países, incluindo o Brasil. Houve uma redução de apenas 1% desde o ano 2000, “projeta-se que até 2015 esse número cairá ligeiramente, para 743 milhões [...] As mulheres jovens mais pobres dos países em desenvolvimento podem não alcançar a alfabetização universal até 2072.” (UNESCO, 2014, p.6).

Quanto aos investimentos na educação, os países deveriam aplicar 6% do seu Produto Interno Bruto (PIB), mas, apenas 41 deles atingiram a meta. O Brasil alcançou a meta, mas ainda foi insuficiente, pois, se comparado ao que é investido na educação básica, os valores são irrisórios. A meta sobre a eliminação das assimetrias de gênero também não foi cumprida, “embora a paridade de gênero devesse ter sido alcançada em 2005, em 2011, apenas 60% dos países atingiram esse objetivo no nível primário, e 38% no nível secundário”. (UNESCO, 2014, p.12).

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2013, demonstrou que a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais é de 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país. No segundo ano do governo Dilma Rousseff, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais, parou de cair e teve leve alta. Em 2011, era de 8,6% e chegou a 8,7% em 2012, portanto, está longe de cumprir a meta firmada na ONU que é de 6,7% até 2015. (BRASIL, 2013a).



Rosemberg (2001, p. 517) chama atenção para a necessidade de indicadores mais precisos que detectem as diversidades social, espacial, econômica, geracional e étnico-racial nas pesquisas, pois são adotadas metas que não conseguem ler a realidade na sua complexidade. Com isto, é inviável o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que atendam, efetivamente, as carências dos diferentes grupos sociais, como as demandas das mulheres. É o que diz:

O enfoque da discriminação contra as mulheres e a persistência de indicadores globais e fragmentados, sem nuançar diferenças quanto à região, composição étnico/racial, bi ou multilinguismo e idade (como indicador de geração), nesse tipo de balanço produzido sobre educação, têm levado à adoção de metas tão uniformes quanto pouco eficientes e mesmo equivocadas sobre políticas educacionais e dominação de gênero.

É neste panorama que o analfabetismo no Brasil sustenta-se e contribui para manutenção das desigualdades. E, para pôr fim às hierarquias de gênero, classe e raça/etnia que fragilizam a cidadania feminina, também é preciso reconhecê-las dentro dos espaços educacionais.

Segundo Sposati (2000, p. 30), a educação institucionalizada não é suficiente para promover uma cultura democrática pautada no exercício da cidadania plena.

Ao garantir maior escolaridade em nossa sociedade, não estaremos garantindo, de imediato, a resolução das discrepâncias sociais. Não é à toa que a cartilha neoliberal prega o investimento em educação. Essa filosofia acaba por responsabilizar o indivíduo por sua situação precária, dá a entender que o motivo da pobreza, ou da não-inclusão, é a falta de estudo e não do sistema que, por sua própria natureza, acaba excluindo milhares de trabalhadores. Nessa lógica, basta investir em educação para garantir uma sociedade justa.

Deste modo, a educação formal não é garantidora de uma sociedade mais justa, assim, a alternativa à educação neoliberal seria a “educação indenizatória”, que reconhece e restitui as perdas da sociedade “causadas pela cultura elitista, dominadora, machista e pela subordinação econômica e política a que o neoliberalismo nos submete como parte dos países emergentes.” (SPOSATI, 2000, p. 31). Sob esta ótica é possível construir um projeto solidário pautado na dignidade humana e justiça social, em que o Estado assume o papel de consolidador e regulador destas garantias.

3 Conclusão

Conclui-se que as desigualdades entre homens e mulheres ainda é bem arraigada em diversos espaços sociais, dentre eles, a escola. Sabe-se que muito caminhou para diminuir o hiato de gênero na educação escolar, no entanto, a equiparação entre homens e mulheres nestas instâncias não atenuou a opressão feminina na sociedade. Prova disto é o número grande de mulheres com nenhuma ou pouca escolaridade devido aos determinantes de gênero,



elas se afastam da escola para cuidar do marido, dos filhos e cumprir com seus “deveres” dentro do lar.

Os autores estudados mostraram que mais do que igualdade, é necessário buscar a equidade de gênero na educação, a percepção da relação entre as desigualdades de gênero, a educação e a exclusão como categorias que se correlacionam historicamente, colabora para entender o lugar determinado socialmente para as mulheres na realidade brasileira, capaz de tornar a equidade gênero na educação é um dos pilares para a construção de uma sociedade mais justa.

Referências

BELTRÃO, K. I. ALVES, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.39, n 136,. p. 125 a 156, jan/abr,2009.

BRASIL.Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. 2010. Brasília.

Disponível

em:<<http://www.rcdh.ufes.br/sites/default/files/Pacto%20Nacional%20pelo%20enfrentamento%20%20%20%20viol%C3%A0ncia%20contra%20as%20mulheres.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. 2013.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 Resultados do universo**. 2010a. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de jul. 2013.

HADDAD, S. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n 14, p.108-130, 2000.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 9, n. 12, p. 515-540, 2.sem. 2001.

SAWAIA, B. Exclusão ou Inclusão Perversa?. In: SAWAIA, B. (Org). **As artimanhas da exclusão**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SPOSATI, A. Exclusão social e fracasso escolar. **Revista em Aberto**. V.16, n 71, p. 21-32, jan. 2000, Brasília.

UNESCO. Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos e plano de ação para o futuro. In: **Conferência Internacional sobre a Educação De Adultos**, 1997, Hamburgo. *Anais...* Hamburgo, Alemanha, 1997.

_____. **Relatório de Monitoramento Global da EPT 2013/4**. 2014.